

Desequilíbrio nas contas preocupa equipe de FHC

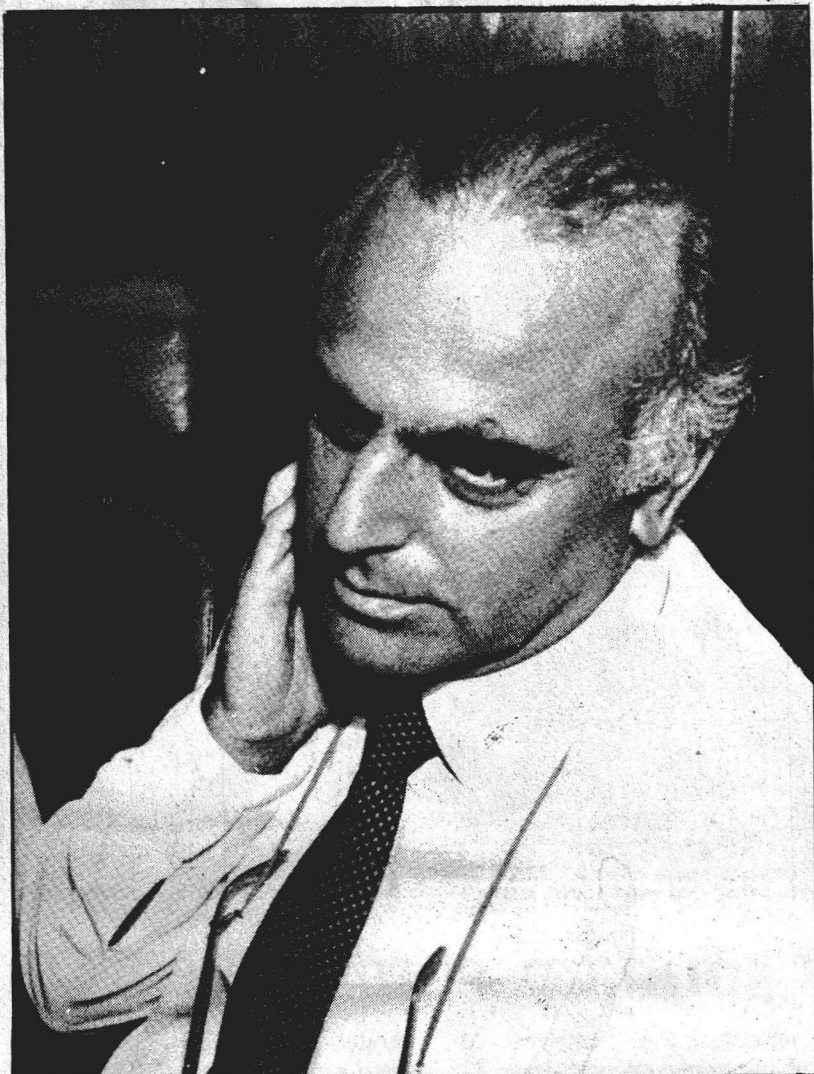
MARIZETE MUNDIM

O desequilíbrio das contas públicas — maior inimigo do real — volta a ameaçar a estabilização econômica: os economistas do Governo já sabem que, ao final do ano, as contas públicas só fecharão com superávit operacional porque, ao aprovar o Orçamento de 1994 somente em outubro, o Congresso permitiu ao Governo promover um inédito contingenciamento, liberando muito menos do que o duodécimo permitido por lei.

Caso esta contenção não fosse feita, as contas não fechariam com superávit, apesar do reforço do Imposto sobre Movimentação Financeira (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE), colocando em sério risco a nova moeda e o plano de estabilização. O assessor de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato Souza, já recebeu os números e tem negociado com o ministro do Planejamento, Beni Veras, remanejamentos no Orçamento de 95 e alternativas para assegurar o equilíbrio das contas da União na gestão do novo governo.

Uma coisa já parece certa: Fernando Henrique terá de criar uma taxa compulsória para substituir o IPMF, que por lei será extinto em dezembro. Sem isto, o equilíbrio não será mantido. A equipe econômica acreditava que com a criação do FSE — receita estimada de US\$ 17 bilhões — e o IPMF — receita de US\$ 4 bilhões — o equilíbrio fiscal estaria assegurado, o que de fato não deverá ocorrer.

Excepcionalidades — Com a demora da aprovação do Orçamento pelo Congresso, o Governo limitou-se a liberar recursos para as excepcionalidades previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (folha de pessoal, Saúde, Previdência e pagamento de juros internos e externos) e cortou quase a zero os recursos destinados a outros custeios de capital (verbas para investimentos). Somente por isso se deverá fechar o ano com um superávit en-



Paulo Renato já negocia remanejamentos no Orçamento de 95

tre 1,5% e 2% do Produto Interno Bruto (PIB), como estava projetado pelos arquitetos do real.

A lei faculta ao Governo liberar um doze avos do Orçamento (o duodécimo) por mês até que ele seja aprovado pelo Congresso. Se o Governo tivesse feito isto, ao final do ano teria sido executado todo o Orçamento e as contas fechariam no vermelho, o que seria fatal para o real. Por isso, os gerentes do plano administraram com rigor a liberação de recursos pelo Tesouro Nacional, executando na média apenas 30% dos duodécimos.

Esta tendência ao desequilíbrio preocupa os assessores do presidente eleito, Fernando Henrique Car-

doso, que já começam a estudar alternativas. Além da criação da taxa compulsória para substituir o IPMF, eles apostam todas as fichas na aprovação pelo Congresso, nos primeiros meses do próximo ano, de uma reforma fiscal de vulto, capaz de assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Segundo um economista do Governo, caso o Congresso tivesse aprovado rapidamente o Orçamento desde ano, a equipe econômica seria obrigada a decretar um contingenciamento com os conseqüentes desgastes políticos e, neste caso, a morosidade dos parlamentares foi muito bem-vinda.

Arquivo